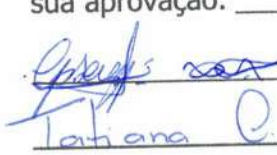
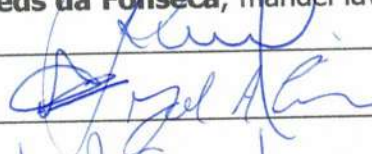
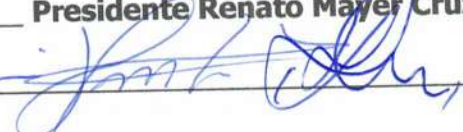


de Tratamento de Água – ETA do Município de São João Batista do Glória/MG como 'Estação de Tratamento de Água Lucas Marques Costa' e dá outras providências", de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves. **Colocado em sua segunda votação, o Projeto de Lei n.º 20/2026 foi aprovado por unanimidade.** Continuando, iniciaram a única discussão do Projeto de Resolução n.º 11/2026, que "Dispõe sobre a concessão, in memoriam, da Condecoração de Honra da Ordem do Mérito Legislativo Municipal ao Ilustríssimo Senhor Belchior Custódio Guimarães", de autoria do Vereador Joel Alves Pereira. **Colocado em sua única votação, o Projeto de Resolução n.º 11/2026 foi aprovado por unanimidade.** Por fim, deliberaram em único turno o Requerimento n.º 23/2026, de autoria da Vereadora Gleds da Fonseca, solicitando que o Chefe do Poder Executivo, encaminhe informações e cópia da documentação referente à caminhonete pertencente ao Município, localizada nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente quanto à sua regularização e à ausência de placa de identificação. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 23/2026 foi aprovado por unanimidade.** Antes de encerrar a sessão, o **Presidente** encaminhou o Projeto de Lei n.º 24/2026, que "Prorroga o prazo de vigência do Programa de Incentivo à Regularização da Dívida Tributária – REFIS GLÓRIA/2026, instituído pela Lei Municipal n.º 1.775, de 10 de fevereiro de 2026, e dá outras providências", à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e à Comissão de Finanças e Orçamento, para análise e emissão de pareceres. Nada mais havendo a ser tratado, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os nobres *edís* para a 12.ª (décima segunda) Sessão Extraordinária a ser realizada em seguida, às 20h15, para a deliberação do Projeto de Lei n.º 21/2026, que "Denomina 'Ponte do Quilombo Belchior Custódio Guimarães, José Bernardes da Silva e Sebastião Custódio Filho' a ponte localizada na região dos Canteiros, no Município de São João Batista do Glória/MG, e dá outras providências", de autoria do Vereador Joel Alves Pereira, com tramitação em regime de urgência. Eu, _____, Secretária Geral, **Gleds da Fonseca**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação. _____ **Presidente Renato Mayer Cruz.**


Tatiana C. de A. Gonçalves.


Renato Mayer Cruz.


Gleds da Fonseca.

Ata da 73.ª (septuagésima terceira) Sessão Ordinária, da 2.ª (segunda) Sessão Legislativa da 20.ª (vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de São João Batista do Glória-MG. A sessão teve início às 19h (dezenove horas) do dia 06 (seis) de julho de 2026, sob a presidência do vereador Renato Mayer Cruz. O Presidente da Casa solicitou a esta Secretária a chamada nominal dos vereadores, tendo comparecido os seguintes *edís*: **Alexandre Maciel, Brenda Garcia de Souza Silva, Cresio Costa, Danilo José Soares Marques, Gleds da Fonseca, Henrique Augusto Corrêa Rezende, Joel Alves Pereira, Renato Mayer Cruz e Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves.** Verificado o número legal de presenças, sob a proteção de Deus e em nome do povo gloriense, o **Presidente** declarou aberta a sessão. Na sequência a ata da sessão anterior foi deliberada e aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o **Presidente** solicitou a esta **Secretária** a leitura do

A Ordem por princípio

expediente do dia, que constou o seguinte. **Expediente:** 1 – Discussão e votação da ata da 71.^a (septuagésima primeira) Sessão Ordinária realizada em 22 junho de 2026. 2 – Discussão e votação da ata da 72.^a (septuagésima segunda) Sessão Ordinária realizada em 29 junho de 2026. 3 – Discussão e votação da ata da 12.^a (décima segunda) Sessão Extraordinária realizada em 29 junho de 2026. **Expedientes oriundos do Chefe do Poder Executivo:** .1 – Ofício n.º 144/2026, em resposta ao Ofício n.º 151/2026, de autoria da Vereadora Gleds da Fonseca. 2 – Ofício n.º 146/2026, em resposta ao Requerimento n.º 17/2026, de autoria da Vereadora Gleds da Fonseca. 3 – Ofício n.º 146/2026, em resposta ao Ofício n.º 161/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques. 4 – Ofício n.º 147/2026, em resposta ao Ofício n.º 162/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques. 5 – Ofício n.º 147/2026, em resposta ao Ofício n.º 159/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques. 6 – Ofício n.º 149/2026, em resposta aos Ofícios n.ºs 299/2025 e 388/2025, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves. 7 – Ofício n.º 150/2026, em resposta ao Ofício n.º 04/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves. 8 – Ofício n.º 151/2026, em resposta ao Ofício n.º 158/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques. 9 – Ofício n.º 153/2026, em resposta ao Ofício n.º 160/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques. 10 – Ofício n.º 154/2026, em resposta ao Ofício n.º 279/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques. **Expedientes oriundos diversos:** 1 – Inscrição para uso da Tribuna em Sessão, realizada pelo Senhor Luiz Fernando da Silveira Lemos, com o propósito de abordar o seguinte assunto: Apresentar o trabalho desenvolvido pela APAE de Passos, especialmente os atendimentos e serviços que são oferecidos aos assistidos residente no município de São João Batista do Glória. 2 – Inscrição para uso da Tribuna em Sessão, realizada pelo Senhor Marcílio Ribeiro Leite, com o propósito de abordar o seguinte assunto: Apresentar o trabalho desenvolvido pela APAE de Passos, especialmente os atendimentos e serviços que são oferecidos aos assistidos residente no município de São João Batista do Glória. 3 – Inscrição para uso da Tribuna em Sessão, realizada após o fechamento da pauta, pelo Senhor Jean Carlos Ribeiro Duarte, com o propósito de se apresentar como novo Diretor de Turismo do município. **Expedientes apresentados pelos vereadores:** 1 – Requerimento n.º 24/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, solicitando, ouvido previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Executivo Municipal encaminhe informações acerca da existência de servidores ocupantes de cargos em comissão exercendo atribuições diversas das funções de direção, chefia ou assessoramento, bem como, se for o caso, a relação nominal desses servidores e, inexistindo essa situação, declaração formal de que todos os cargos em comissão atendem ao disposto no art. 37, inciso V, da Constituição Federal. 2 – Requerimento n.º 25/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, solicitando, ouvido previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que a Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhe, mensalmente, a relação dos beneficiários do PROMAS, em cumprimento ao parágrafo único do art. 5.º da Lei Municipal n.º 1.061/2002. 3 – Requerimento n.º 26/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, solicitando, ouvido previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Chefe do Poder Executivo encaminhe os processos licitatórios completos, contratos, termos

aditivos e demais documentos relativos às contratações realizadas pelo Município com as sociedades empresárias Memory Informática, Spencer e Vasconcelos Advogados Associados, Gomes Consultoria e Treinamento e Borges & Ozanan Contabilidade Ltda. 4 – Requerimento n.º 27/2026, de autoria do Vereador Henrique Augusto Corrêa Rezende, solicitando, ouvido previamente o Plenário desta Câmara Municipal, que o Chefe do Poder Executivo encaminhe informações e documentos referentes à execução dos serviços de ressolagem de pneus, indicando a destinação de cada pneu constante das Notas de Autorização de Fornecimento n.º 1774/2026, 2234/2026 e 3144/2026, acompanhados da documentação comprobatória. 5 – Requerimento n.º 28/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, solicitando, ouvido previamente o Plenário desta Câmara Municipal, a aprovação de Moção de Repúdio à forma de implantação do sistema CORE/MG – Central de Otimização da Regulação, em razão dos impactos relatados pelos municípios mineiros, da insegurança operacional na regulação da assistência à saúde e da ausência de diálogo suficiente com os entes municipais. Não houve orador inscrito para falar no **Pequeno Expediente**. Dando continuidade, o **Presidente** declarou aberto o **Grande Expediente**, e previamente fez uso da palavra para parabenizar o Poder Executivo, o Poder Legislativo e todos os envolvidos pela conclusão e inauguração da Ponte do Quilombo, destacando tratar-se de uma obra aguardada há vários mandatos e reivindicada há muitos anos pela população da zona rural. O Presidente relatou que a construção da ponte vinha sendo discutida ao longo de diversas administrações, ressaltando que as vigas destinadas à obra já haviam sido adquiridas em gestões anteriores, porém a execução não havia sido concretizada. Informou que participou, juntamente com os Vereadores Sandro e Danilo, da primeira reunião realizada por iniciativa da Sra. Vilma e do Sr. Custódio, ocasião em que foram iniciadas as tratativas visando à execução da obra. Destacou que o Prefeito Municipal já possuía o projeto elaborado, oriundo de administrações anteriores, e que a equipe técnica da administração, especialmente a Secretaria Municipal de Infraestrutura, apresentou o projeto e informou sobre seu encaminhamento à Caixa Econômica Federal para análise, permitindo a continuidade dos trâmites necessários até a efetiva execução. O Presidente ressaltou a importância da atuação conjunta entre os Poderes Executivo e Legislativo, bem como da participação ativa da comunidade rural, afirmando que o diálogo e a cooperação foram fundamentais para viabilizar a obra. Enfatizou que a população deve continuar participando das decisões públicas, levando suas demandas ao Legislativo e ao Executivo para que sejam discutidas e transformadas em ações concretas. Na sequência, destacou os benefícios proporcionados pela nova ponte, afirmando que a obra representa importante melhoria para o escoamento da produção rural, para o fortalecimento do turismo e para a mobilidade das comunidades da região da Babilônia, observando que o trajeto proporcionado pela nova ligação apresenta melhores condições de trafegabilidade quando comparado ao percurso anteriormente utilizado. O Presidente registrou reconhecimento ao Vereador Joel pelo acompanhamento constante da execução da obra, informando que o parlamentar esteve presente com frequência durante sua realização, acompanhando os serviços, fiscalizando o andamento dos trabalhos e mantendo o Legislativo informado sobre sua evolução. Também dirigiu agradecimentos ao Prefeito Éder, à equipe da Administração Municipal, aos servidores envolvidos e, de maneira especial, ao Sr. José Avelino, destacando sua

A Ordem por princípio

constante colaboração com o município ao longo de diversas administrações. Ressaltou que ele sempre contribuiu voluntariamente quando solicitado, disponibilizando materiais e prestando auxílio às demandas da comunidade, sem buscar reconhecimento pessoal. Lembrou, inclusive, da Moção de Congratulação apresentada em seu favor pelo Vereador Joel, considerando a homenagem plenamente merecida. Prosseguindo, o Presidente estendeu os cumprimentos aos moradores da região que participaram da mobilização em prol da construção da ponte, mencionando, em especial, o Sr. Custódio, a Sra. Vilma, o Sr. Mané Guimarães, bem como os moradores da comunidade da Babilônia. Também reconheceu a colaboração da Prefeitura e da Câmara Municipal de Delfinópolis, que contribuíram para a concretização da obra. Destacou que a união de esforços entre a comunidade, os Poderes Públicos e os municípios envolvidos possibilitaram a realização de um antigo sonho da população local. Ainda sobre o tema, ressaltou a importância das homenagens prestadas durante a inauguração aos senhores Tiãozinho Custódio, Zé Bernardes e Belchior Custódio, destacando que todos tiveram participação ativa na luta pela construção da ponte ao longo dos anos, reivindicando a obra junto às sucessivas administrações municipais. Na sequência, o Presidente parabenizou a jovem Geovana pela realização de sua exposição de pinturas promovida na Praça do Cruzeiro. Destacou que a artista, diagnosticada com transtorno do espectro autista, desenvolveu grande habilidade na pintura após a descoberta de seu hiperfoco artístico, ressaltando a significativa evolução em sua qualidade de vida, interação social e desenvolvimento pessoal. O Presidente relatou que teve a oportunidade de visitar a exposição juntamente com Esta Secretária Gleds e observou a satisfação da jovem durante o evento, destacando sua interação com o público e o talento demonstrado em suas obras. Ressaltou a capacidade da artista em memorizar imagens e reproduzi-las com grande precisão, considerando seu dom excepcional. Por fim, manifestou apoio à divulgação do trabalho da artista em futuros eventos municipais, sugerindo que fosse avaliada a possibilidade de disponibilização de espaço para exposição de suas pinturas durante o evento gastronômico do município, entendendo que a iniciativa contribuiria para incentivar seu talento e ampliar o reconhecimento de seu trabalho. Finalizou reafirmando o apoio institucional da Câmara Municipal à jovem artista e parabenizando-a por sua trajetória. Prosseguindo o **Grande Expediente**, usaram a palavra os seguintes vereadores. O **Vereador Alexandre**, primeiro orador inscrito, iniciou sua manifestação cumprimentando o Presidente, os demais vereadores, o público presente e os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Inicialmente, parabenizou o Presidente Renato pela manifestação realizada antes do início do Grande Expediente e destacou a satisfação em iniciar a sessão com notícias positivas para o município. Em seguida, registrou agradecimentos ao Sr. Custódio e à Sra. Vilma, reconhecendo-os como importantes incentivadores da construção da Ponte do Quilombo desde o início das mobilizações. Ressaltou que ambos iniciaram a busca por soluções para a obra há vários anos, promovendo a união da comunidade para aquisição das vigas necessárias, as quais permaneceram armazenadas por mais de uma década até que, por meio da atuação conjunta entre os Municípios de São João Batista do Glória e Delfinópolis, a obra pudesse finalmente ser executada e inaugurada. O Vereador destacou a relevância da ponte para o desenvolvimento da região, enfatizando que a obra beneficiará diretamente os

moradores, facilitará o escoamento da produção rural e contribuirá para o fortalecimento do turismo local. Na sequência, registrou agradecimentos ao Sr. José Avelino, ressaltando sua constante colaboração com o Município ao longo de diversas administrações. Destacou que o homenageado sempre esteve à disposição para auxiliar as demandas da Prefeitura e da população, mencionando, inclusive, sua contribuição durante a inauguração da ponte. Também agradeceu ao Sr. Mané Belchior pelo apoio prestado durante todo o processo de construção, reconhecendo o empenho de ambos desde o início até a conclusão da obra. Prosseguindo, informou que outra importante obra de infraestrutura havia sido concluída naquela data, referindo-se à ponte localizada na região do Antônio Hilário. Solicitou a exibição de fotografias do local e informou que esteve acompanhando pessoalmente a finalização dos serviços. Registrou agradecimentos aos servidores Sérgio, Paulinho, Gabriel, Mané, Dário, Geraldo, Jucelino, Jessé e Wesley, destacando o empenho da equipe responsável pela execução da obra. O Vereador ressaltou que a substituição de antigas pontes de madeira por estruturas em tubulão, galerias ou concreto armado representa importante avanço para o município, informando que restam poucas pontes de madeira a serem substituídas, demonstrando o compromisso da Administração Municipal com a modernização da infraestrutura rural. Em aparte, o Presidente Renato questionou se a equipe responsável pelas obras seria deslocada para iniciar a construção da Ponte do Rolador. Em resposta, o Vereador Alexandre informou que os equipamentos e materiais já haviam sido retirados da obra recém-concluída e seriam encaminhados para o novo local, acrescentando que os trabalhos teriam início no dia seguinte. Informou ainda que os tubulões destinados à nova ponte já estavam sendo preparados no acampamento municipal e comunicou ao Vereador Cresio que a execução da obra, por ele diversas vezes reivindicada, seria iniciada em breve. Na sequência, o Vereador Alexandre abordou o programa municipal de análise de solo e doação de calcário aos produtores rurais. Destacou que a iniciativa, implantada em administrações anteriores e mantida pela atual gestão, vem apresentando resultados positivos para o fortalecimento da produção agrícola. Informou que aquela semana correspondia ao prazo final para apresentação dos requerimentos junto ao setor competente da Prefeitura Municipal, orientando os produtores rurais a procurarem o servidor responsável para realização da análise do solo e formalização do pedido do benefício. O Vereador também fez um apelo aos produtores contemplados para que utilizem corretamente o calcário recebido, observando que, em anos anteriores, parte do material permaneceu armazenada sem utilização, impossibilitando que outros produtores fossem atendidos. Defendeu maior comprometimento dos beneficiários, ressaltando que o programa deve atender efetivamente aqueles que necessitam do insumo. Em seguida, o Presidente Renato complementou a manifestação, lembrando que, no exercício anterior, diversos produtores procuraram a Administração após o encerramento do prazo de inscrição. Informou que, em razão da desistência de alguns beneficiários, foi possível remanejar aproximadamente vinte toneladas de calcário para atender produtores que inicialmente não haviam sido contemplados. Aproveitou a oportunidade para reforçar a importância de que os interessados observem rigorosamente os prazos estabelecidos para requerimento e retirada do benefício. Ainda durante sua intervenção, o Presidente Renato destacou a importância do planejamento na execução das obras públicas, fazendo referência a manifestação anteriormente

A Ordem por princípio

apresentada pelo Vereador Danilo. Ressaltou que o estabelecimento de cronogramas, definição de prazos e organização das etapas de execução contribuem significativamente para o bom andamento dos serviços públicos. Reconheceu que imprevistos podem ocorrer durante a realização das obras, porém defendeu que tais situações sejam previstas no planejamento administrativo. O Presidente também observou que, atualmente, o Município dispõe de melhor estrutura de máquinas e equipamentos, mas enfrenta limitações relacionadas ao número de servidores disponíveis para execução dos serviços, circunstância que influencia diretamente no tempo necessário para conclusão das obras. Apesar disso, destacou que importantes demandas históricas começaram a ser executadas, especialmente na área de infraestrutura rural, parabenizando novamente o Poder Executivo e as equipes responsáveis pelos trabalhos. Ao final, o Vereador Alexandre retomou a palavra para concordar com as observações feitas pelo Presidente. Destacou que a principal dificuldade enfrentada na execução das obras decorre da insuficiência de servidores, uma vez que afastamentos por motivos de saúde e remanejamentos entre setores reduzem o efetivo disponível para cada frente de serviço. Citou como exemplo a obra da Ponte do Antônio Hilário, informando que, durante boa parte da execução, apenas três ou quatro servidores atuaram diretamente no local, circunstância que naturalmente prolongou o prazo de conclusão. Apesar disso, ressaltou que o resultado alcançado demonstrou a qualidade dos serviços executados, parabenizando novamente toda a equipe responsável pelas obras e manifestando expectativa de que a construção da Ponte do Rolador também seja concluída com o mesmo padrão de qualidade, permitindo que novas melhorias sejam anunciadas à população em breve. A **Vereadora Brenda**, segunda oradora inscrita iniciou cumprimentando todos os presentes e os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Inicialmente, fez referência, de forma descontraída, ao fato de ter sido recentemente chamada de "enxerida" e afirmou receber tal adjetivo com tranquilidade, por entender que o exercício do mandato exige iniciativa na busca de informações e participação ativa nos assuntos de interesse da população. Destacou que considera dever do vereador acompanhar os temas relevantes para o município, independentemente de convite formal. Na sequência, retomou assunto anteriormente abordado em sessões anteriores referente à implantação do sistema CORE Saúde MG. Informou que continuou acompanhando o processo de implantação do sistema e as manifestações dos municípios da região, entidades representativas e instituições de saúde. Relatou que, ao tomar conhecimento da realização de reunião destinada à discussão do tema, buscou informações sobre sua realização e participou do encontro, mesmo sem convite oficial, por entender que representava os interesses da população de São João Batista do Glória. A Vereadora informou que participaram da reunião prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais de saúde, procuradores, representantes de hospitais, Santas Casas e demais lideranças regionais. Esclareceu que, ao final do encontro, foi elaborado e assinado por aproximadamente cinquenta representantes um ofício destinado ao Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais, no qual foram relatadas as principais dificuldades verificadas na implantação do sistema CORE Saúde MG. Informou que subscreveu o documento representando o Município de São João Batista do Glória. Destacou que a mobilização regional não teve caráter de

enfrentamento ao Governo do Estado, mas sim o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema, buscando maior eficiência na prestação dos serviços de saúde. Ressaltou que apontar falhas identificadas durante a implantação do sistema constitui medida necessária para que os problemas sejam corrigidos em benefício da população, defendendo que o silêncio diante das dificuldades apenas transmite a falsa impressão de que o sistema funciona adequadamente. Prosseguindo, afirmou que, durante a reunião, ficou evidente que não há oposição à modernização da regulação em saúde, mas que a utilização da tecnologia somente se justifica quando proporciona melhoria efetiva no atendimento aos usuários. Defendeu que eventuais falhas, atrasos, insegurança e dificuldades operacionais devem ser identificados e corrigidos durante o processo de implantação do sistema. Informou ainda que, além da apresentação das dificuldades enfrentadas pelos municípios, a reunião resultou na criação de uma comissão de acompanhamento composta por representantes dos municípios, da Secretaria de Estado de Saúde, da Superintendência Regional de Saúde, da equipe técnica do CORE Saúde MG e da Associação Pública dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande – AMEG, com a finalidade de acompanhar os problemas identificados e propor soluções conjuntas. Relatou que, na mesma data da sessão, manteve contato com integrante da referida comissão e foi informada de que já havia ocorrido a primeira reunião de trabalho, ocasião em que os principais problemas começaram a ser discutidos. Informou também que nova reunião já estava agendada para a semana seguinte, demonstrando expectativa de avanços no aperfeiçoamento do sistema. A Vereadora destacou que um dos principais temas debatidos foi a insuficiência de leitos hospitalares na região, e ressaltou tratar-se de problema anterior à implantação do CORE Saúde MG, já existente durante a vigência do sistema SUS Fácil, e que demanda ampliação da oferta de leitos especializados para atendimento da população. Na sequência, relatou questionamento formulado por ela durante a reunião ao Subsecretário de Estado de Saúde acerca da realização de auditoria ou avaliação sobre a efetividade dos treinamentos oferecidos aos profissionais responsáveis pela utilização do sistema. Argumentou que o correto funcionamento da ferramenta depende da adequada alimentação das informações clínicas dos pacientes e da atualização permanente dos dados, sendo necessária capacitação contínua das equipes responsáveis. Informou que o representante da Secretaria de Estado acolheu positivamente a contribuição apresentada, reconhecendo sua relevância para o aperfeiçoamento do sistema. Também informou que, durante a reunião, foram esclarecidas dúvidas existentes entre diversos municípios acerca das responsabilidades pelo transporte de pacientes, especialmente quanto às atribuições dos municípios, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e do próprio sistema CORE Saúde MG. Prosseguindo, relatou que manteve diálogo com profissionais do Hospital Municipal de São João Batista do Glória, oportunidade em que identificou dificuldades enfrentadas pela unidade de saúde, dentre elas a demora na regulação de pacientes graves, problemas relacionados ao transporte sanitário, necessidade de capacitação permanente das equipes, impactos causados às famílias quando os pacientes são encaminhados para municípios mais distantes e a insuficiência de leitos especializados. Diante desse cenário, concluiu que os desafios enfrentados decorrem de múltiplos fatores, envolvendo procedimentos internos do sistema CORE Saúde MG, necessidade de aperfeiçoamento

A Ordem por princípio

dos processos de regulação, capacitação dos profissionais e ampliação da estrutura hospitalar regional. Defendeu que a superação dessas dificuldades depende da atuação conjunta dos gestores públicos, profissionais de saúde e representantes da sociedade, mediante diálogo permanente, transparência e participação ativa daqueles que vivenciam diariamente essa realidade. Ao final desse tema, reafirmou que continuará acompanhando todas as discussões relacionadas à saúde pública e representando os interesses do Município de São João Batista do Glória, independentemente de convites formais, por considerar essa uma das atribuições inerentes ao mandato parlamentar. Na sequência, manifestou satisfação por ter participado da inauguração da Ponte do Quilombo, esclarecendo que esteve presente para prestigiar a conclusão da obra e reconhecer o esforço de todos aqueles que contribuíram para sua realização, sem qualquer intenção de atribuir a si mérito pela conquista. Destacou que, embora tenha acompanhado etapas do processo administrativo, como procedimentos licitatórios e contratações, reconhece que a construção da ponte é resultado de muitos anos de reivindicações e do trabalho desenvolvido por diversas pessoas ao longo de diferentes administrações. Registrou homenagem àqueles que participaram dessa luta e que não tiveram a oportunidade de presenciar a conclusão da obra, deixando seu reconhecimento a todos os envolvidos, sem mencionar nomes específicos para evitar eventual omissão. Por fim, afirmou que a obra representa muito mais que uma ligação física entre dois pontos, simbolizando a união de pessoas, histórias, oportunidades e sonhos. Ressaltou que a concretização da ponte demonstra a importância da persistência na busca por objetivos coletivos e concluiu incentivando a população a não desistir de seus sonhos e de suas reivindicações em prol do interesse público. Agradeceu a atenção de todos e encerrou sua manifestação. O **Vereador Danilo**, terceiro orador inscrito, cumprimentou o Presidente, os demais Vereadores, os servidores do Poder Legislativo e do Poder Executivo, o representante da APAE, Marcílio, o público presente e os cidadãos que acompanhavam a sessão pelos meios de transmissão. Ressaltou a importância de a população acompanhar as reuniões da Câmara Municipal para conhecer seus direitos, afirmando que os serviços públicos constituem direitos dos cidadãos e não favores concedidos pela Administração Pública. Na sequência, solicitou a exibição de fotografias referentes à participação dos alunos do Município na etapa regional dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG), realizada na cidade de Passos. Informou que esteve presente durante a competição, acompanhando e incentivando os estudantes, especialmente as equipes de handebol da Escola Estadual José Severiano Filho, cujas partidas ocorreram nos ginásios do CPN e da Escola Polivalente. Parabenizou os atletas pelo empenho e dedicação, bem como toda a equipe da escola, destacando o trabalho desenvolvido pelo treinador Éder e pelos profissionais envolvidos com as equipes. Ressaltou a satisfação em acompanhar as vitórias e a participação dos estudantes na competição. Em seguida, relatou que, apesar dos resultados positivos alcançados pelos atletas, ocorreram diversos problemas de ordem logística durante a realização da etapa regional. Informou que os estudantes enfrentaram dificuldades relacionadas ao transporte, em razão da indisponibilidade de ônibus para os deslocamentos, bem como problemas quanto à alimentação, afirmando que a estrutura logística não teria sido organizada adequadamente para o último dia da competição. Relatou que os atletas precisaram ser

deslocados entre os locais de competição e alimentação com dificuldades, mencionando que o professor Flávio, da Escola Estadual José Severiano Filho, solicitou uma van emprestada ao Município de Passos para auxiliar no transporte dos alunos. Acrescentou que os estudantes percorreram parte do trajeto a pé, sob forte calor, chegando às partidas já desgastados fisicamente. Ainda afirmou que houve tentativa de contato com o setor responsável pelo esporte no Município para solucionar a situação, porém, segundo seu relato, não foi possível obter resposta em tempo hábil. Também informou que lhe foi relatado que o transporte não teria sido disponibilizado em razão da impossibilidade de pagamento de horas extras ao motorista, posicionando-se de forma contrária a esse entendimento e defendendo que o investimento em ações voltadas ao esporte deve ser priorizado pela Administração Pública. **Esta Secretária Gleds da Fonseca**, quarta oradora inscrita cumprimentou o público presente, bem como os cidadãos que acompanhavam a reunião pelas redes sociais. Inicialmente, justificou sua ausência na inauguração da Ponte dos Canteiros, informando que não pôde comparecer em razão de compromissos previamente agendados. Agradeceu ao Presidente pela justificativa apresentada em seu nome e parabenizou Vilma e Custódio pela concretização do sonho da construção da ponte, destacando a satisfação em saber que ambos puderam participar da cerimônia de inauguração. Na sequência, abordou requerimento de sua autoria, protocolado em fevereiro de 2026, por meio do qual solicitou a instalação de uma placa de parada obrigatória no cruzamento entre as Ruas Sebastião Egídio da Fonseca e Manaus, nas proximidades da Igreja Lagoinha. Informou que, até a presente data, a solicitação não havia sido atendida e mencionou a ocorrência de um acidente no local no dia anterior, ressaltando que fiéis que participavam de culto na igreja presenciaram o fato. Alertou o Chefe do Poder Executivo para a necessidade de adoção urgente da medida, argumentando que a ausência da sinalização poderia resultar em acidentes de maior gravidade. Prosseguindo, tratou de manifestação anteriormente realizada por ela acerca de recursos destinados ao Município e afirmou que o Prefeito teria, em participação na Rádio Colina, questionado sua conduta e atribuído a ela a divulgação de informação inverídica. Esclareceu que, ao mencionar na reunião anterior valores de R\$ 200.000,00 e R\$ 300.000,00 relacionados a recursos que, segundo havia informado, teriam sido recusados pelo Município, deixou de esclarecer que tais informações lhe haviam sido repassadas pelo Vereador Joel. Reconheceu que essa omissão gerou interpretação equivocada e afirmou que o correto teria sido permitir que o próprio Vereador Joel prestasse os devidos esclarecimentos sobre o assunto. Acrescentou que o Presidente Renato e o Vereador Cresio presenciaram o momento em que recebeu as informações mencionadas. Solicitou, em seguida, a exibição de imagem contendo trecho do plano de governo do Prefeito e do Vice-Prefeito, passando a questionar a coerência entre os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e as ações da atual administração. Também afirmou que um servidor comissionado do Município teria ingressado em grupo de mensagens para questionar suas declarações, indagando por que o próprio Prefeito não teria buscado esclarecimentos diretamente com ela. Sustentou que todas as manifestações apresentadas por seu mandato possuíam fundamento e reafirmou que jamais teria deliberadamente levado informações falsas ao Plenário. Ao final de sua manifestação, solicitou a exibição de nova imagem referente ao encerramento de um curso de qualificação realizado em parceria com instituições

A Ordem por princípio

públicas. Parabenizou todas as participantes pela dedicação durante os três meses de curso, destacando o comprometimento demonstrado por elas e desejando que aproveitassem as futuras oportunidades de qualificação. Concluída sua manifestação, concedeu aparte ao Vereador Joel. Em aparte, o **Vereador Joel** afirmou que, em razão de seu nome ter sido mencionado, entendia possuir o direito de apresentar esclarecimentos. Declarou que, em momento algum, informou que o Prefeito teria recusado recursos para a realização da Festa do Peão. Relatou que, durante viagem a Brasília, tratou com parlamentares sobre recursos destinados ao Circuito Mineiro e que havia informado à esta Secretária apenas que existiam valores de R\$ 200.000,00 e R\$ 300.000,00 vinculados ao circuito, esclarecendo que São João Batista do Glória não participaria do evento em razão da inviabilidade de inclusão do Município naquele momento. Acrescentou que, posteriormente, foram viabilizados recursos destinados à área da saúde, e não para a realização da festa. O **Vereador Joel** afirmou ainda que, antes do início da reunião anterior, orientou a Esta Secretária a aguardar maiores apurações sobre o assunto antes de levá-lo ao Plenário. Ressaltou que não desejava envolver-se em conflitos políticos ou pessoais, defendendo uma atuação voltada à apresentação de resultados positivos para a população. Também ponderou que divergências entre Vereadores e Poder Executivo deveriam ser resolvidas mediante diálogo direto, sugerindo que as dúvidas fossem tratadas em reuniões com o Prefeito. Finalizou afirmando que exercia apenas seu direito de defesa, sem intenção de criar desentendimentos. Retomando a palavra, Esta secretária reconheceu o direito de manifestação do Vereador Joel, porém observou que os esclarecimentos apresentados poderiam ter sido feitos durante a reunião anterior. Afirmou que sua intenção foi apenas esclarecer à população a origem das informações anteriormente mencionadas, reiterando que não havia mentido em sua manifestação e que o Presidente Renato e o Vereador Cresio eram testemunhas dos fatos por ela narrados. Acrescentou que seu mandato era exercido em defesa da população, afirmando que não atuava para agradar Vereadores, o Prefeito ou servidores comissionados, mas para representar os interesses dos cidadãos que a elegeram, encerrando sua manifestação. Na sequência, o Presidente Renato manifestou-se sobre o debate, observando que a situação demonstrava a importância da comunicação dentro da Administração Pública e das relações institucionais. Destacou que falhas de comunicação podem ocasionar interpretações equivocadas e conflitos desnecessários, defendendo o diálogo como principal instrumento para evitar distorções de informações. Ressaltou que, embora ocorram debates e divergências durante as reuniões, os Vereadores mantêm o respeito mútuo e concentram suas discussões em questões de interesse público, e não em questões pessoais. Ao final, afirmou entender que a situação decorreu de falha de comunicação e de interpretação das informações, registrando que não considerava que a Esta Secretária tivesse mentido, mas que houve distorção dos fatos inicialmente apresentados, recomendando maior cautela na divulgação de informações recebidas de terceiros antes de sua confirmação. O **Vereador Henrique**, quinto orador inscrito cumprimentou os presentes no Plenário e os cidadãos que acompanhavam a reunião pelas redes sociais. Informou que abordaria três assuntos durante sua manifestação, iniciando pelo Requerimento nº 27/2026, cuja discussão ocorreria posteriormente na Ordem do Dia.

Esclareceu que a finalidade da proposição era obter informações detalhadas acerca da destinação dos pneus adquiridos pelo Município, especificando em quais veículos ou máquinas estariam sendo utilizados ou se permaneceriam armazenados em estoque. Na sequência, apresentou esclarecimentos sobre manifestação realizada anteriormente acerca de aditivo contratual referente à aquisição de pneus. Reconheceu que interpretou equivocadamente o documento, acreditando inicialmente que teria ocorrido reajuste de 25% no preço dos produtos. Informou que, após reanalisar a documentação e dialogar com servidores responsáveis pelo setor, compreendeu que o aditivo tratava apenas do acréscimo quantitativo previsto na legislação, mantendo-se inalterados os preços originalmente contratados. Destacou que não havia qualquer constrangimento em reconhecer o equívoco, afirmando que preferia errar por excesso de fiscalização do que deixar de exercer seu dever de acompanhar os gastos públicos. Ressaltou que continuaria dedicando atenção especial à análise da gestão financeira do Município, por ser uma área com a qual possuía maior afinidade, reafirmando que, no caso específico dos pneus, os procedimentos estavam corretos. Em seguida, comentou a inauguração da Ponte dos Canteiros, registrando satisfação pela conclusão da obra. Na oportunidade, mencionou comentários que circulavam no Município sobre suposto desaparecimento de alimentos e bebidas durante o evento de inauguração, afirmando que, caso existissem provas concretas dos fatos, estaria disposto a apurá-los com o mesmo rigor utilizado na fiscalização dos atos da Administração Pública. Defendeu que denúncias dessa natureza fossem acompanhadas da devida identificação dos responsáveis e de elementos comprobatórios, evitando a propagação de informações sem confirmação. Prosseguindo, destacou como principal notícia de sua manifestação o resultado do primeiro leilão de terrenos do Centro Empresarial do Município. Informou que aproximadamente 10% dos lotes disponibilizados haviam sido comercializados, gerando arrecadação superior a um milhão de reais. Avaliou que, caso todos os terrenos fossem alienados, o Município poderia arrecadar mais de dez milhões de reais, recursos que poderiam ser destinados a investimentos em diversas áreas. Ressaltou que vinha defendendo maior agilidade na implantação do Centro Empresarial e considerou que a realização do leilão representava importante avanço para o desenvolvimento econômico local. Acrescentou que continuaria acompanhando a aplicação dos recursos obtidos com as vendas, defendendo que fossem destinados a investimentos relevantes para a população. Em aparte, o **Vereador Danilo** destacou a importância do Centro Empresarial para o desenvolvimento do Município, afirmando que a implantação da área industrial contribuiria para a geração de empregos e renda. Observou que parte da população defendia a utilização da área para construção de moradias, porém ponderou que também era necessário criar oportunidades de trabalho para os futuros moradores. Defendeu que o Município promovesse a ocupação rápida dos lotes já alienados e também das áreas destinadas à concessão ou doação a empreendedores locais, a fim de demonstrar o potencial do empreendimento e atrair novos investidores para os próximos leilões. Acrescentou que os recursos arrecadados poderiam ser destinados a investimentos públicos, citando, entre outros exemplos, melhorias na iluminação pública. Informou ainda que, conforme resposta recebida a requerimento de sua autoria, o Município possuía aproximadamente R\$ 1.300.000,00 provenientes da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública, defendendo que tais recursos fossem aplicados na expansão e

A Ordem por princípio

melhoria da rede de iluminação, observando que, após a implantação da iluminação em LED, a arrecadação passou a superar as despesas com o serviço. Também em aparte, a **Vereadora Brenda** complementou as informações relativas ao Centro Empresarial, informando que, além do primeiro leilão realizado, outros dois certames já estavam programados para os dias 23 e 30 daquele mês. Esclareceu que os interessados ainda poderiam participar das próximas etapas, informando que os leilões ocorreriam de forma presencial e on-line no dia 23 e exclusivamente on-line no dia 30. Acrescentou que todas as informações sobre os lotes, valores iniciais e lances estavam disponíveis na plataforma eletrônica do leilão, sendo possível, ainda, o agendamento de visitas guiadas ao Centro Empresarial para conhecimento prévio das áreas disponibilizadas. Na sequência, o **Presidente Renato** questionou se a comercialização dos terrenos ocorria exclusivamente por meio de leilão. Em resposta, a **Vereadora Brenda** confirmou que a alienação dos lotes era realizada somente por essa modalidade, reiterando que o certame era aberto ao acompanhamento público, tanto de forma presencial quanto eletrônica, permitindo ampla transparência durante todo o processo. O **Vereador Joel**, sexto orador inscrito cumprimentou o Presidente, os demais Vereadores, o público presente e os cidadãos que acompanhavam a reunião pelas redes sociais. Iniciou sua manifestação afirmando que apresentaria notícias positivas relacionadas às conquistas obtidas para o Município. Informou sobre a destinação de equipamentos ao Município para atendimento de serviços públicos e de apoio ao setor rural, bem como sobre o recebimento de recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais para órgãos e programas municipais. Destacou que tais recursos seriam destinados ao fortalecimento dos serviços públicos e às ações de apoio à população. O **Presidente** complementou as informações, registrando a destinação de recursos para aquisição de equipamentos destinados ao Lar São Vicente de Paulo, ao Programa Mais Genética, à Escola Estadual José Severiano Filho e à Polícia Militar. Acrescentou que manteve contato com o Prefeito durante a reunião, tendo sido informado de que o Município daria andamento aos procedimentos licitatórios necessários para a aquisição dos equipamentos e veículos previstos. Retomando a palavra, o Vereador Joel solicitou a exibição de fotografias referentes à inauguração da Ponte dos Canteiros. Relatou que a obra representava antiga reivindicação da comunidade da Babilônia, destacando que, desde o mandato anterior, juntamente com o Vereador Cresio e o Prefeito Éder, vinha buscando recursos junto ao Senador Rodrigo Pacheco para sua execução, bem como para aquisição de uma retroescavadeira e de uma motoniveladora. Informou que a construção da ponte contou com recursos do Governo Federal e contrapartidas dos Municípios de São João Batista do Glória e Delfinópolis. Na oportunidade, prestou homenagens às pessoas que contribuíram para a concretização da obra, mencionando, entre outros, Nenê Custódio, Belchior, Velito, J. Ferreira e Zé Avelino. Destacou o empenho de Nenê Custódio e Belchior durante todo o processo de reivindicação da ponte, bem como a colaboração de Zé Avelino, que, segundo relatou, disponibilizou sua propriedade para hospedagem da equipe responsável pela execução da obra, sem qualquer custo, além de prestar apoio logístico durante os trabalhos. Também agradeceu aos servidores municipais, aos funcionários do acampamento e ao Prefeito Éder pelo suporte oferecido durante a realização da obra e da cerimônia de inauguração. Ainda

sobre a inauguração, comentou os rumores relacionados ao fornecimento de alimentos e bebidas durante o evento, afirmando que toda a carne adquirida para a confraternização foi utilizada e que foram disponibilizados dez barris de chope aos participantes. Explicou que, ao final da confraternização, restaram apenas pequenas quantidades de alimentos que não chegaram a ser preparados, em razão do encerramento das atividades, rebatendo os comentários que circulavam sobre eventual desaparecimento dos produtos. Em seguida, destacou a realização da prova de marcha do Clube do Cavalo durante o evento denominado Poeirão, afirmando que a iniciativa representava antigo objetivo da entidade. Informou que a competição reuniu cavaleiros de diversos municípios e integrou etapa regional da modalidade, registrando a realização de quatorze baterias de julgamento. Ressaltou que parte dos competidores deixou de comparecer em razão da coincidência de datas com outras etapas regionais, mas avaliou positivamente o evento, manifestando expectativa de maior participação nas próximas edições. Ao final, agradeceu aos patrocinadores, aos comerciantes, à Rádio Colina, às famílias integrantes do Clube do Cavalo e a todos os colaboradores que contribuíram para a realização do evento. Em aparte, o **Vereador Alexandre** complementou a manifestação, informando que haviam sido destinados ao Município novos recursos para aquisição de um caminhão destinado à coleta seletiva e para investimentos na área da saúde. Ao final, registrou sua satisfação com a destinação dos recursos e destacou a importância dos investimentos para o Município. A **Vereadora Tatiana**, sétima oradora inscrita cumprimentou o Presidente, os demais Vereadores, os servidores da Câmara Municipal, o público presente e os cidadãos que acompanhavam a reunião pelas redes sociais. Inicialmente, parabenizou a comunidade dos Canteiros pela conquista da nova ponte, ressaltando o empenho da população que sonhou, lutou e trabalhou pela concretização da obra. Estendeu os cumprimentos às pessoas que participaram da execução dos serviços durante os meses de construção, aos servidores públicos municipais, especialmente os da Secretaria de Infraestrutura, ao Poder Executivo e a todos os envolvidos na organização da confraternização realizada por ocasião da inauguração. Destacou que a obra representa desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida, acessibilidade, fortalecimento da atividade agrícola e geração de renda para a região, manifestando o desejo de que outras importantes realizações possam ser entregues ao Município até o final da atual gestão. Na sequência, registrou reflexão acerca de ofício de sua autoria encaminhado ao Poder Executivo no mês de janeiro de 2026, por meio do qual solicitou providências para o descongelamento das remunerações dos servidores públicos municipais. Informou que o documento somente foi respondido após aproximadamente seis meses, na data de 30 de junho, apesar de já ter sido reiterado pelos servidores da Câmara em razão do decurso do prazo legal para resposta. Observou que a manifestação do Executivo ocorreu somente após anúncio público realizado pelo Prefeito acerca da adoção da medida. A Vereadora afirmou que o tema já havia sido debatido em reunião interna, com a participação do Procurador do Município, Dr. Paulo, de Gabriel e do Dr. Davi, entendendo que a demora na resposta representou falha administrativa. Ressaltou que a ausência de resposta tempestiva não atingiu apenas a atuação parlamentar, mas também a população e, principalmente, os servidores públicos interessados na matéria. Acrescentou que entendia que o projeto de lei correspondente deveria ter sido encaminhado anteriormente ao Poder Legislativo,

A Ordem por princípio

avaliando que a demora demonstrava falta de planejamento por parte da Administração Municipal. Prosseguindo, defendeu maior respeito ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal e às demandas encaminhadas pelos Vereadores, afirmando que a morosidade administrativa prejudica diretamente a população. Reafirmou que continuaria exercendo seu papel de fiscalização, apresentando propostas e cobrando providências do Poder Executivo, independentemente de eventuais descontentamentos, por entender que essa é a função para a qual foi eleita. Por fim, dirigiu-se ao Chefe do Poder Executivo para solicitar o encaminhamento do projeto de lei referente ao pagamento dos valores retroativos decorrentes do descongelamento das remunerações dos servidores públicos municipais. Informou que essa era uma das principais dúvidas apresentadas pelos servidores e esclareceu que a apreciação da matéria dependia exclusivamente da iniciativa do Poder Executivo. Encerrou sua manifestação registrando a expectativa de que o referido projeto fosse encaminhado à Câmara Municipal para apreciação e deliberação. Na sequência, o **Presidente** declarou encerrado o Grande Expediente e facultou a palavra aos cidadãos inscritos na **Tribuna Popular**. Os **Senhores Luiz Fernando da Silveira Lemos** e **Marcílio Ribeiro Leite**, primeiro e segundo cidadãos inscritos, respectivamente, fizeram uso da palavra os representantes da APAE de Passos, **Marcílio** e **Luiz Fernando**, que agradeceram ao Presidente Renato pela oportunidade de apresentar o trabalho desenvolvido pela instituição e cumprimentaram os Vereadores, o público presente e os cidadãos que acompanhavam a reunião. Inicialmente, **Marcílio, Presidente da APAE**, informou que a instituição atualmente atende 26 usuários residentes em São João Batista do Glória, oferecendo serviços nas áreas de odontologia, psicologia, enfermagem, fisioterapia e pedagogia. Destacou que a APAE atende aproximadamente 700 assistidos, abrangendo o Município de Passos e outras sete cidades da região. Agradeceu o apoio já recebido da Câmara Municipal, mencionando o recebimento de recursos provenientes de emenda parlamentar no ano anterior, e ressaltou que o objetivo de sua participação era agradecer a parceria existente e solicitar que o Poder Legislativo continuasse destinando apoio à instituição, especialmente diante das dificuldades enfrentadas para captação de recursos. Explicou que a manutenção dos serviços depende significativamente de emendas parlamentares, doações da população e eventos beneficentes, razão pela qual solicitou que a APAE fosse lembrada na destinação das futuras emendas impositivas dos Vereadores. Na oportunidade, também convidou todos os membros da Câmara Municipal para realizarem visita à sede da instituição, a fim de conhecerem de perto os serviços prestados, as instalações e os usuários atendidos. Em resposta, o **Presidente** afirmou que a Câmara Municipal permanecia à disposição para colaborar com a instituição, esclarecendo que, em razão das atuais exigências dos órgãos de controle, especialmente do Tribunal de Contas, tornou-se necessário que as entidades interessadas na obtenção de emendas apresentassem previamente plano de trabalho detalhado, contendo a destinação específica dos recursos pleiteados. Informou que a definição das emendas impositivas ocorreria nos meses seguintes, orientando os representantes da APAE a elaborarem o respectivo plano de trabalho e encaminhá-lo à Câmara, colocando os servidores do Legislativo à disposição para prestar os esclarecimentos necessários durante esse processo. **Marcílio** acrescentou que o transporte dos usuários de São João Batista do

Glória até a sede da APAE, em Passos, é realizado pelo Município, reconhecendo a parceria existente entre a instituição e a Prefeitura Municipal. Em seguida, esta Secretária Gleds informou que o valor das emendas impositivas destinadas aos Vereadores sofreu redução em relação ao exercício anterior, mas orientou a instituição a encaminhar o projeto contendo a descrição das necessidades e respectivos valores, ressaltando que os nove Vereadores poderiam avaliar a possibilidade de destinar parte de suas emendas para atender à demanda apresentada. Retomando a palavra, **Marcílio** destacou que a manutenção da APAE representa importante economia para os Municípios atendidos, observando que, caso a instituição deixasse de funcionar, toda a demanda atualmente absorvida pela entidade seria transferida ao Poder Público. Reafirmou que o trabalho desenvolvido é realizado de forma voluntária pela diretoria e comprometeu-se a encaminhar o plano de trabalho solicitado. Na sequência, o **Vereador Joel** parabenizou Marcílio pela eleição à Presidência da APAE, destacando sua confiança na condução dos trabalhos da entidade. Informou que vem destinando recursos por meio de emendas parlamentares à instituição em exercícios anteriores e colocou-se novamente à disposição para colaborar. Também ressaltou sua participação nos eventos promovidos pela APAE, reafirmando seu compromisso com a causa. Em resposta, **Marcílio** informou que a terceira Cavalgada Beneficente da APAE seria realizada no mês de setembro, convidando os Vereadores para prestigiarem o evento e agradecendo, em especial, o apoio prestado por Heleno e demais colaboradores do Município de São João Batista do Glória. Prosseguindo, **Luiz Fernando** informou que a despesa mensal da APAE varia entre R\$ 330.000,00 e R\$ 350.000,00, ressaltando a importância da continuidade do apoio dos Municípios e das emendas parlamentares para a manutenção das atividades. Complementando as informações, **Marcílio** esclareceu que a instituição possui receitas fixas provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS) e de campanhas de telemarketing, sendo o restante dos recursos obtido por meio de emendas parlamentares, doações da comunidade e eventos beneficentes. Em seguida, o **Vereador Danilo** agradeceu a presença dos representantes da APAE e parabenizou Marcílio por assumir a Presidência da entidade. Ressaltou a relevância social do trabalho desenvolvido pela instituição, observando que sua atuação reduz custos para os Municípios ao oferecer atendimento especializado que, de outra forma, seria de responsabilidade direta do Poder Público. Manifestou apoio à realização de visita institucional da Câmara à sede da APAE e destacou que as novas exigências do Tribunal de Contas quanto às emendas impositivas demandam apenas a apresentação de plano de trabalho, comprometendo-se a colaborar para orientar as entidades beneficiadas sobre os novos procedimentos. Também enfatizou os expressivos números de atendimentos e de despesas apresentados pela instituição, defendendo a continuidade do apoio do Poder Público. Na sequência, **Marcílio** agradeceu as manifestações de apoio e informou que a APAE concluiu recentemente a implantação de uma sala multissensorial, equipada com recursos tecnológicos de última geração, construída com recursos da ordem de R\$ 300.000,00. Convidou os Vereadores para conhecerem o novo espaço antes de sua inauguração oficial, prevista para o mês de agosto. Durante o diálogo, o **Vereador Joel** informou que acompanhou, ainda na gestão anterior da APAE, a tramitação da documentação necessária para a liberação desses recursos junto aos parlamentares responsáveis, tendo colaborado com os encaminhamentos. **Luiz**

A Ordem por princípio

Fernando esclareceu que os recursos foram recebidos na gestão anterior da instituição, cabendo à atual diretoria a execução do projeto e a implantação da sala multissensorial. Ao final, **Marcílio** agradeceu novamente a receptividade da Câmara Municipal e afirmou que o trabalho desenvolvido pela diretoria da APAE é pautado pelo espírito de serviço à comunidade. Encerrando a participação dos convidados, o Presidente Renato agradeceu a presença dos representantes da instituição, reafirmou o compromisso da Câmara Municipal em colaborar com a APAE dentro das possibilidades legais e reiterou a intenção de organizar visita institucional dos Vereadores à entidade para conhecer de perto os serviços prestados à população de São João Batista do Glória e da região. O **Senhor Jean Carlos Ribeiro Duarte**, terceiro cidadão inscrito, cumprimentou o Presidente Renato, os Vereadores, o público presente e os cidadãos que acompanhavam a reunião pelas redes sociais. Inicialmente, apresentou-se à população, informando ser natural de Congonhas/MG, tendo residido em Passos desde a infância, e relatou que, desde criança, nutria o desejo de morar em São João Batista do Glória, objetivo que conseguiu concretizar após os 40 anos de idade. Informou ser bacharel em Ciências Contábeis, com experiência profissional nas áreas bancária, comercial e de marketing, destacando que sempre teve o sonho de empreender no ramo da hospedagem na região da Serra da Canastra. Explicou que, após conhecer diversas cidades da região, escolheu São João Batista do Glória para estabelecer residência e implantar seu empreendimento turístico, motivado pelo potencial do Município e pelo desejo de contribuir para o desenvolvimento do turismo local. Relatou que atualmente integra o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), na condição de Vice-Presidente, possui uma pousada no Município e atua no setor turístico há aproximadamente quatro anos e meio. Destacou que, antes de propor novas ações, buscou compreender a forma como o turismo já vinha sendo desenvolvido no Município, afirmando que seu objetivo era somar esforços com aqueles que já atuam na área e contribuir para o fortalecimento da atividade turística. Na sequência, informou que assumiria a função de Diretor de Turismo, com atuação junto ao Centro de Atendimento ao Turista (CAT), colocando-se à disposição dos Vereadores e da população para receber sugestões, demandas e críticas construtivas relacionadas ao setor. Ressaltou que acredita no diálogo direto como principal instrumento para solucionar problemas e evitar conflitos, defendendo uma comunicação clara e transparente entre o Poder Público e a comunidade. Em resposta, o Presidente Renato agradeceu a presença e a iniciativa de comparecer à Câmara Municipal para apresentar-se oficialmente. Destacou a importância do diálogo institucional e da comunicação entre os diversos setores da Administração Pública, ressaltando que o turismo representa uma área estratégica para o desenvolvimento do Município. Registrou satisfação ao observar o comprometimento dos novos responsáveis pelas áreas de Turismo e Planejamento, desejando êxito no trabalho a ser desenvolvido e colocando a Câmara Municipal à disposição para colaborar com as ações voltadas ao fortalecimento do setor. Na sequência, o **Vereador Danilo** cumprimentou o novo Diretor de Turismo e destacou sua preocupação com os possíveis impactos da reforma tributária sobre a arrecadação do Município, especialmente em relação às receitas provenientes do ICMS gerado pela Usina de Furnas. Ressaltou que, diante desse cenário, o turismo tende a assumir papel ainda mais relevante na economia local, juntamente com o agronegócio e a produção

leiteira, tornando-se importante alternativa para geração de emprego, renda e arrecadação. O **Vereador Danilo** observou que as principais pesquisas realizadas na internet sobre São João Batista do Glória demonstram o interesse dos visitantes em conhecer opções de lazer para o período noturno e para dias chuvosos. Defendeu, por esse motivo, a criação de novos atrativos turísticos não naturais, sugerindo investimentos públicos em estruturas como mirantes, equipamentos turísticos e outros espaços de visitação, com posterior concessão à iniciativa privada para exploração econômica. Também mencionou a necessidade de fortalecimento da atividade turística por meio de incentivos ao setor privado, ampliação da arrecadação de ISSQN e incentivo para que os estabelecimentos comerciais utilizem equipamentos de cartão registrados no Município, contribuindo para o aumento da arrecadação local. Ao final, colocou-se à disposição para colaborar com sugestões e discussões relacionadas ao planejamento do turismo municipal. Em resposta, Jean Carlos agradeceu as considerações apresentadas pelo Vereador Danilo, manifestando interesse em conhecer detalhadamente suas propostas. Convidou o parlamentar para uma reunião após a realização do Festival Gastronômico do Município, com o objetivo de discutir ideias e projetos voltados ao fortalecimento do turismo local, ressaltando que o trabalho conjunto tende a produzir melhores resultados para São João Batista do Glória. Encerrando a participação, o Presidente Renato reiterou que a Câmara Municipal permaneceria de portas abertas para colaborar com as iniciativas voltadas ao desenvolvimento do turismo e agradeceu novamente a presença de Jean Carlos na Tribuna Popular. Sem mais cidadãos inscritos, o **Presidente** declarou encerrada a Tribuna Popular e passou para a apreciação da **Ordem do Dia**, a qual iniciou com *deliberação em único turno do Requerimento n.º 24/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, solicitando que o Executivo Municipal encaminhe informações acerca da existência de servidores ocupantes de cargos em comissão exercendo atribuições diversas das funções de direção, chefia ou assessoramento, bem como, se for o caso, a relação nominal desses servidores e, inexistindo essa situação, declaração formal de que todos os cargos em comissão atendem ao disposto no art. 37, inciso V, da Constituição Federal*. Durante a discussão do Requerimento o **Vereador Danilo** iniciou esclarecendo que os cargos em comissão, tanto no Poder Executivo quanto no Poder Legislativo, devem, obrigatoriamente, destinar-se às atribuições de direção, chefia ou assessoramento, conforme previsto no artigo 37, inciso V, da Constituição Federal. Explicou que o objetivo do requerimento era solicitar ao Prefeito Municipal informações oficiais acerca da existência de servidores comissionados exercendo funções compatíveis com essas atribuições ou, eventualmente, desempenhando atividades de natureza diversa. O parlamentar destacou que, caso existam servidores comissionados ocupando funções que não se enquadrem nas hipóteses constitucionais de direção, chefia ou assessoramento, tal situação configuraria desconformidade com o disposto na Constituição Federal. Ressaltou que a iniciativa visava resguardar os direitos daqueles que prestam concursos públicos ou processos seletivos, evitando que cargos de provimento efetivo fossem ocupados indevidamente por servidores nomeados em comissão. Acrescentou que o requerimento buscava conferir transparência e formalidade ao exercício da atividade fiscalizatória do Poder Legislativo, permitindo que a Administração Municipal apresentasse sua posição oficial sobre o tema. Embora

apurar todas as informações que lhe fossem apresentadas, a fim de obter respostas e repassá-las de forma transparente à população. Acrescentou que a documentação solicitada, uma vez encaminhada ao Poder Legislativo, ficaria à disposição de todos os vereadores para análise, permitindo que cada parlamentar examinasse os contratos, esclarecesse eventuais dúvidas e acompanhasse a execução dos atos administrativos.

Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 26/2026 foi aprovado por unanimidade. Continuando, *deliberaram em único turno o Requerimento n.º 27/2026, de autoria do Vereador Henrique Augusto Corrêa Rezende, solicitando que o Chefe do Poder Executivo encaminhe informações e documentos referentes à execução dos serviços de ressolagem de pneus, indicando a destinação de cada pneu constante das Notas de Autorização de Fornecimento n.º 1774/2026, 2234/2026 e 3144/2026, acompanhados da documentação comprobatória.*

Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 27/2026 foi aprovado por unanimidade. Por fim, *debateram em único turno o Requerimento n.º 28/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, solicitando a aprovação de Moção de Repúdio à forma de implantação do sistema CORE/MG – Central de Otimização da Regulação, em razão dos impactos relatados pelos municípios mineiros, da insegurança operacional na regulação da assistência à saúde e da ausência de diálogo suficiente com os entes municipais.*

Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 28/2026 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Danilo, durante a discussão da moção de repúdio, afirmou que um dos principais argumentos apresentados pelos gestores públicos em relação à implantação do CORE-MG dizia respeito à ausência de diálogo durante o processo de implementação. Segundo o parlamentar, os municípios, especialmente aqueles responsáveis pela execução dos serviços na ponta do sistema de saúde, não teriam sido devidamente ouvidos antes da adoção do novo modelo, o que, em sua avaliação, contribuiu para o surgimento de diversas dificuldades enfrentadas atualmente. Ressaltou que manifestações semelhantes vinham ocorrendo em várias regiões do Estado de Minas Gerais e defendeu que um debate amplo e prévio com prefeitos, vereadores, secretários municipais de saúde, reguladores e demais atores envolvidos poderia ter evitado grande parte dos problemas registrados. O vereador relatou que tomou conhecimento da implantação do CORE-MG durante reunião realizada anteriormente na Câmara Municipal, ocasião em que o diretor da Santa Casa, Dr. Daniel, manifestou preocupação com os possíveis impactos do novo sistema. Informou que, posteriormente, manteve outros diálogos sobre o tema, buscando compreender melhor seu funcionamento e as consequências para os municípios. Na sequência, procedeu à leitura da moção de repúdio, esclarecendo que o documento não representava oposição à modernização da gestão da saúde pública ou ao aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), mas sim inconformismo com a forma como o sistema foi implantado, sem que houvesse condições técnicas, operacionais e institucionais adequadas para assegurar segurança aos municípios e aos pacientes. Durante a leitura, destacou que, nas semanas anteriores, prefeitos, secretários municipais de saúde, profissionais da área e entidades representativas dos municípios relataram dificuldades operacionais relacionadas ao CORE-MG, incluindo instabilidades do sistema, deficiência de suporte técnico, dúvidas sobre o fluxo regulatório, impactos na logística do transporte sanitário, dificuldades envolvendo vagas de urgência e

A Ordem por princípio

reconhecesse que, em um município de pequeno porte, determinados fatos fossem de conhecimento da comunidade, afirmou que considerava essencial formalizar tais questionamentos por meio de requerimento, registrando documentalmente sua atuação parlamentar e fortalecendo o exercício da fiscalização dos atos administrativos.

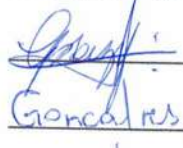
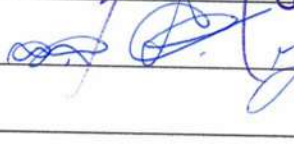
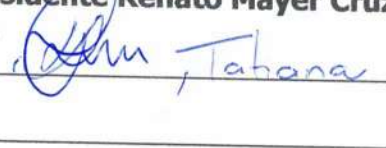
Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 24/2026 foi aprovado por unanimidade. Em seguida, iniciaram a *única discussão do Requerimento n.º*

25/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, solicitando que a Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhe, mensalmente, a relação dos beneficiários do PROMAS, em cumprimento ao parágrafo único do art. 5.º da Lei Municipal n.º 1.061/2002. O **Vereador Danilo**, durante a discussão do requerimento, esclareceu que a proposição tinha por finalidade solicitar o cumprimento de dispositivo previsto na legislação municipal referente ao Programa Municipal de Assistência Social (PROMAS). Explicou que a norma determina o encaminhamento periódico à Câmara Municipal da relação dos beneficiários do programa, que contempla, entre outros auxílios, a concessão de materiais de construção e demais benefícios assistenciais. Ressaltou que tais informações devem ser encaminhadas ao Poder Legislativo com a observância do devido sigilo quanto à identificação dos beneficiários, possibilitando à Câmara exercer sua função fiscalizatória sem comprometer a privacidade das pessoas atendidas. O parlamentar destacou que a iniciativa não buscava solicitar informações extraordinárias ou pontuais, mas apenas assegurar o cumprimento regular da legislação municipal já vigente. Acrescentou que a Lei Orgânica do Município estabelece, em seu artigo 71, o prazo de 15 dias para resposta aos requerimentos e ofícios encaminhados pelo Poder Legislativo, defendendo que o rito legal fosse observado de forma periódica e contínua. Concluiu afirmando que a medida permitiria à Câmara Municipal desempenhar adequadamente suas atribuições constitucionais de legislar e fiscalizar a atuação da Administração Pública. **Colocado em sua única votação, o**

Requerimento de n.º 25/2026 foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo, *discutiram em único turno o Requerimento n.º 26/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, solicitando que o Chefe do Poder Executivo encaminhe os processos licitatórios completos, contratos, termos aditivos e demais documentos relativos às contratações realizadas pelo Município com as sociedades empresárias Memory Informática, Spencer e Vasconcelos Advogados Associados, Gomes Consultoria e Treinamento e Borges & Ozanan Contabilidade Ltda.* O **Vereador Danilo**, durante a discussão do requerimento, afirmou que a proposição dava continuidade ao trabalho de fiscalização da Administração Pública, ressaltando que essa constitui uma das atribuições primordiais do Poder Legislativo. Informou que havia solicitado o envio do processo licitatório e dos contratos administrativos referentes a três dos quatro contratos atualmente vigentes no Município, com o objetivo de acompanhar sua elaboração, execução e regularidade. O parlamentar destacou que o acesso a essa documentação permitiria uma análise detalhada dos procedimentos administrativos e possibilitaria o esclarecimento de questionamentos frequentemente apresentados pela comunidade. Salientou que a obtenção dessas informações era fundamental para que os vereadores pudessem prestar esclarecimentos à população com base em dados oficiais. Por fim, afirmou que não deixaria de exercer seu dever de fiscalização, enfatizando que buscaria

A Ordem por princípio

encaminhamento de pacientes para unidades fora das referências regionais. Mencionou ainda que a Associação Mineira de Municípios (AMM) e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (COSEMS-MG) haviam encaminhado manifestações e promovido discussões junto à Secretaria de Estado de Saúde, demonstrando que as dificuldades possuíam abrangência estadual. Prosseguindo, afirmou que alterações estruturais em um sistema responsável pela regulação de consultas, exames, cirurgias, internações e transferências hospitalares deveriam ocorrer somente após ampla estabilidade operacional, transparência dos critérios adotados e efetiva participação dos municípios. Argumentou que eventuais falhas na regulação poderiam resultar em aumento das filas de espera, agravamento do quadro clínico dos pacientes e sobrecarga financeira aos municípios, que frequentemente precisariam assumir despesas extraordinárias para minimizar os impactos das inconsistências do sistema. Ao final da leitura da moção, informou que o documento requeria ao Governo do Estado de Minas Gerais a realização de auditoria técnica sobre a implantação do CORE-MG, a divulgação pública dos indicadores de desempenho do sistema, transparência das filas de espera e dos critérios de priorização dos pacientes, garantia de participação efetiva dos municípios em futuras alterações, fortalecimento dos canais permanentes de suporte aos gestores municipais e apresentação de cronograma oficial para correção das inconsistências apontadas. Também propôs que a moção fosse encaminhada ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado de Saúde, ao Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao COSEMS-MG, à Associação Mineira de Municípios, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e aos deputados estaduais representantes da região. Encerrando sua manifestação, o vereador afirmou que a moção representava o sentimento de preocupação manifestado por diversos municípios e pela população em relação ao funcionamento do novo sistema de regulação, defendendo que o encaminhamento de requerimentos, ofícios e moções aos órgãos competentes contribuiria para demonstrar a dimensão das dificuldades enfrentadas e estimular a adoção de providências por parte do Governo do Estado. Nada mais havendo a ser tratado, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os nobres *edís* para a 74.^a (septuagésima quarta) Sessão Ordinária a ser realizada no dia 13 (treze) de julho de 2026, segunda-feira, às 19h. Eu, _____, Secretária Geral, **Gleds da Fonseca**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação. _____ **Presidente Renato Mayer Cruz.**

  
Gleds da Fonseca, Renato Mayer Cruz, Tabana